

Auditoria em Assuntos Hídricos: Experiências das Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS)

Sylvia van Leeuwen
Tribunal de Auditoria
Holanda

1. INTRODUÇÃO

A água é um pré-requisito vital à vida humana. A preservação da sustentabilidade dos recursos hídricos pode ser considerada uma responsabilidade pública de todos os governos. Devido a sua importância mundial, a água foi escolhida como o tema central do Grupo de Trabalho sobre Auditoria Ambiental - WGEA (Working Group on Environmental Audit) da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores - INTOSAI (International Organization of Supreme Audit Institutions) em 1996. O papel da Entidade Fiscalizadora Superior (EFS) - SAI (Supreme Audit Institutions) nessa área é executar auditorias para examinar a regularidade do gasto público e o desempenho governamental.

2. A IMPORTÂNCIA DA ÁGUA

As pessoas necessitam da água para beber, preparar alimentos, para higiene e uma série de outras finalidades. A água tem crucial importância para a vida humana e também possui valor ecológico ('planeta'), social ('pessoas') e econômico ('lucro') no ambiente social. Atingir um equilíbrio entre essas dimensões é o desafio principal da formulação de políticas para os governos atualmente. Este objetivo é mais conhecido como 'desenvolvimento sustentável', o que significa, por exemplo, o uso e a gestão das reservas de água doce para satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de futuras gerações satisfazerem suas necessidades.

O volume total de água na Terra é em torno de 1386 milhões de km³. Apenas 2,5 por cento do volume total é de água doce - em torno de 35 milhões de km³ - e menos de 1 por cento de toda água doce é diretamente acessível ao uso humano (Gleick, 2000).

Existem preocupações constantes em torno da quantidade e qualidade dos recursos hídricos, como a dificuldade de acesso à água doce e saneamento, poluição hídrica por resíduos industriais e de atividades agrícolas, enchentes, desertificações e perda da biodiversidade. Em meados da década de 1990, cerca de um terço da população mundial vivia em países vítimas de estresse hídrico considerado moderado a alto. Estima-se que em 2025, este será o caso de dois terços da população mundial (UNEP, 2002). Os problemas de poluição e escassez de água são de natureza global e afetam todas as nações, ainda que se diferenciem em grau e escala. Além disso, a falta de água pode se tornar fator limitante para o crescimento da economia no futuro.

Na América Latina e no Caribe, a disponibilidade de água tem grande variação entre países e até mesmo dentro deles. A demanda de água está crescendo, principalmente devido ao seu uso pela agricultura (irrigação) e pela indústria. As práticas e tecnologias de irrigação são muitas vezes ineficientes.

O uso doméstico da água também vem aumentando, embora haja grandes desigualdades. Muitas das comunidades pobres das áreas rurais e urbanas não tem acesso à água limpa ou a sistemas de saneamento. A qualidade da água se deteriora pelo derramamento de esgoto não tratado, o uso excessivo de fertilizantes e pesticidas e a poluição industrial. A liberação de metais pesados, nutrientes, produtos químicos e resíduos tóxicos pela indústria, a agricultura e a mineração são fontes de contaminação e esgotamento dos lençóis freáticos. Apenas 13 por cento do esgoto na Região recebe algum tratamento, o que por si só representa consideráveis riscos à saúde e ao meio ambiente (UNEP, 2002b).

A cooperação internacional é importante para resolver os problemas da água. Em março de 2003, mais de 24,000 pessoas de todas as partes do mundo compareceram ao Terceiro Fórum Mundial da Água realizado no Japão. Os tópicos discutidos incluíram ações necessárias para enfrentar os desafios globais relacionados às questões da água e as providências necessárias para se atingir os objetivos firmados na Convenção do Milênio das Nações Unidas (United Nations Millennium Summit) em 2000 em Nova Iorque, na Conferência Internacional da Água de 2001 (International Freshwater Conference) em Bonn e na Convenção Mundial do Desenvolvimento Sustentável (World Summit on Sustainable Development) em Johannesburg em 2002.

3. O PAPEL DOS GOVERNOS E O DESAFIO DAS EFS

A importância da água para o desenvolvimento econômico, para a saúde pública e para a qualidade dos ecossistemas exige que cada governo assuma a responsabilidade de garantir o fornecimento dos serviços básicos e manter em equilíbrio os interesses competitivos. Apenas um governo central tem condições de obter uma visão geral de toda a demanda para o estoque hídrico disponível e pode preencher o papel crucial de atender ao interesse público. Ainda que o sistema de fornecimento de água seja privatizado, pode-se considerar uma responsabilidade pública assegurar que o público tenha acesso ao fornecimento de água tratada para uso doméstico.

Vários órgãos públicos e governamentais, muitas vezes em cooperação com organizações privadas e órgãos internacionais, estão envolvidos em atividades visando à resolução de problemas em relação a questões hídricas. Os Governos têm uma série de instrumentos à sua disposição, incluindo a formulação de políticas gerais em relação à água, determinação de preços, legislação, autorizações, inspeções e meios de se fazer cumprir, taxas e multas, investimentos em infra-estrutura e pesquisa científica. O fornecimento de informações ao público e o monitoramento e a divulgação são elementos importantes nas políticas e programas relacionados à água.

As EFS podem auditar a implementação de planos e programas de governo, a aplicação de instrumentos e o orçamento gasto em medições e programas relativos à água. Isso se encaixa exatamente no papel tradicional das EFS, isto é, avaliar se o dinheiro público foi gasto de acordo com as regras e se foi utilizado de maneira econômica, eficiente e efetiva. Escolher o assunto e o foco certos (mais relevantes) e para suas auditoria são os principais desafios estratégicos para as EFS, para que obtenham o máximo efeito.

Muitas das comunidades pobres das áreas rurais e urbanas não tem acesso à água limpa ou a sistemas de saneamento. A qualidade da água se deteriora pelo derramamento de esgoto não tratado, o uso excessivo de fertilizantes e pesticidas e a poluição industrial.

F Em nível nacional ou regional, são realizadas auditorias de regularidade e de desempenho em assuntos hídricos. Os tipos de auditoria que ocorrem freqüentemente focalizam em:

- obediência às leis e regulamentações ambientais nacionais por parte dos departamentos de governo, municípios e/ou outros órgãos;
- implementação de programas ambientais;
- avaliação dos impactos ou efeitos de programas ambientais nacionais existentes;
- os efeitos ambientais dos programas não-ambientais; e
- sistemas governamentais de gestão ambiental.

Dependendo da atribuição da EFS, a política geral de meio ambiente em relação à gestão da água, bem como a avaliação dos impactos ou efeitos dos programas nacionais de meio ambiente *proposto*, também podem ser um possível ponto de partida.

Políticas ambientais relacionadas à água têm, com freqüência, dimensão internacional. Um total de 261 bacias hidrográficas ao redor do mundo são compartilhadas por dois países ou mais. Juntamente com o ambiente marinho, estes recursos hídricos sem fronteiras são de responsabilidade compartilhada pela maioria das nações. Muitos acordos ambientais internacionais tratam da negociação de questões ligadas à água que é compartilhada por vários países. Apesar dos muitos acordos, há problemas que muitas vezes permaneceram sem solução. A esse respeito, alguns falam até em uma *crise na governança*, no sentido em que uma cooperação internacional mais intensa não tenha ocorrido com freqüência.¹ Entidades independentes como as EFS poderiam ter um papel executando auditorias na implementação nacional de acordos internacionais relacionados a questões da água.

Em apoio à auditoria de questões ambientais, e acordos ambientais internacionais em particular, o grupo de trabalho desenvolveu manuais e diretrizes para o processo e métodos de auditoria e a seleção de acordos ambientais internacionais (INTOSAI, 1998 e 2001; INTOSAI Grupo de Trabalho em Auditoria Ambiental - Working Group on Environmental Auditing, 2001 - 2003).

Todos estes são também aplicáveis à auditoria em questões de políticas da água. As experiências das EFS com auditorias relacionadas à água estão refletidas nos relatórios de grupo de trabalho “Auditoria em questões hídricas” (INTOSAI Working Group on Environmental Auditing, 2004). Todas as publicações mencionadas estão disponíveis, em vários idiomas, no website do Grupo de Trabalho: www.environmental-auditing.org.

4. EXPERIÊNCIAS DAS EFS

Na década passada, mais de 500 auditorias em assuntos hídricos foram realizadas pelas EFS. As EFS europeias e latino-americanas desenvolveram em cooperação diversos projetos de auditorias hídricas, por exemplo, em conformidade com obrigações ambientais internacionais.

Os tópicos que foram auditados variam de região para região. Cada país é, naturalmente confrontado com questões hídricas específicas às suas áreas, e portanto as EFS enfocarão as políticas estabelecidas e os orçamentos gastos para resolver estas questões. Muitas auditorias foram sobre recursos de água doce, enquanto outros se concentraram em ambientes marinhos. Os assuntos mais auditados foram a qualidade da água, rios e lagos, prevenção contra enchentes e recuperação pós-enchentes, água potável e saneamento. Outros assuntos auditados incluíram o valor natural e biodiversidade de ecossistemas hídricos, a prevenção contra poluição de ambientes marinhos e o custo de infra-estrutura relacionada à água.

1. HRH the Prince of Orange of the Netherlands (2002). No Water No Future: A Water Focus For Johannesburg.

4.2. RIOS E LAGOS

Em diversas auditorias, a entidade geográfica de uma linha divisória de águas, rio, lago ou bacia hidrográfica, era o objeto da auditoria. Os problemas ambientais relacionados a essas entidades variam bastante entre os países e entre regiões dentro dos países, mas todos estão relacionados com alguma forma de poluição da água.

Os ministérios nacionais responsáveis pela gestão da água, proteção ambiental, proteção contra enchentes e educação ambiental são geralmente incluídos nessas auditorias. Na maioria dos casos, os municípios e distritos situados à beira dos rios e lagos são também incluídos. Um terceiro grupo de órgãos sendo auditados são as inspetorias – as organizações responsáveis pelo teste e verificação da qualidade da água, água potável, saúde ou o meio ambiente. O quarto grupo de instituições auditadas é o das empresas fornecedoras de água, estatais ou empresas privadas. Estes grupos podem estar envolvidos na auditoria como fornecedores ou consumidores de água, como agentes para a melhoria da qualidade da água, ou como poluidores, ou ainda uma combinação destes últimos.

Como exemplos, temos auditorias nos rios Pirai (Bolívia), Tachira (Colômbia e Venezuela), Nilo (Egito), Loire (França), Mantaro (Peru), Oder (República Tcheca, República da Eslováquia e Polônia) e Danúbio (Romênia, Bulgária, Croácia, Repúblicas da Eslováquia e Eslovênia).

Alguns tópicos sobre água doce ainda não estão sendo auditados com frequência pelas EFS, mas também poderiam ser relevantes, como por exemplo, água como recurso energético (usinas hidrelétricas, projetos de barragem) e medidas de combate às secas, como projetos de irrigação agrícola.

Para ilustrar as possibilidades das EFS, alguns exemplos de auditorias são descritos abaixo.

4.1 QUALIDADE DA ÁGUA

A EFS da China (1999) conduziu uma auditoria de regularidade enfocada nos recursos operacionais de uma planta de tratamento de água desperdiçada, que era financiada através da cobrança de uma taxa pelo tratamento da água desperdiçada. Descobriu-se que essa taxa era pequena e que existia uma lacuna entre os subsídios recebidos e os fundos disponíveis para a operacionalização da planta. A EFS chinesa recomendou que a taxa de tratamento de água desperdiçada deveria ser gradualmente elevada para garantir a operação normal da planta.

A maioria das auditorias é composta por auditorias de desempenho. Por exemplo, a EFS da Argentina (1997) realizou uma análise profunda da qualidade dos lençóis freáticos e fontes de poluição nas áreas urbanas. A auditoria se concentrou na capital, Buenos Aires, e outros 19 centros urbanos. O perfil histórico e geográfico da área estudada foi descrito, e foi feito um inventário sobre os estoques hídricos, serviços de fornecimento de água, todas as fontes de contaminação (industrial e agrícola) e até mesmo os agentes contaminadores. Trataram também de assuntos de saúde relacionados às deficiências no fornecimento de água e sua qualidade. A EFS Argentina fez diversas recomendações. Em um nível abstrato, recomendou o desenvolvimento de uma política integral para a proteção dos lençóis freáticos e prevenção da poluição. Além disso, de acordo com a EFS, era necessário formular uma política para tratar dos serviços de água e saneamento, e deveria ser estabelecido um sistema de monitoramento de qualidade, quantidade e uso dos reservatórios de água subterrâneos na área.



Na América Latina, as EFS do Peru, Bolívia, Colômbia e Venezuela, realizaram auditorias bastante abrangentes tendo as linhas divisórias como ponto de partida. As auditorias incluem instituições pertencentes aos governos central e estadual, bem como os governos locais das áreas em que se encontram as linhas divisórias. Dedicou-se atenção à poluição hídrica causada por fontes diversas, tais como indústrias, minas, agricultura e domicílios.

A auditoria da EFS da Bolívia sobre poluição do Rio Piráí, Santa Cruz (1999), demonstra a importância da medição da qualidade da água como um dos métodos de auditoria. As análises incluíram as propriedades físicas e químicas da água, bem como a presença de bactérias. A EFS concluiu que as funções de monitoramento realizadas pela Autoridade Ambiental não eram eficientes quanto ao controle de qualidade da água do Rio Piráí.

A EFS do Peru (1999) dedicou atenção especial aos efeitos de contaminação na saúde da população local na bacia do Rio Mantaro, nos Andes. Este rio está contaminado por atividades de mineração, bem como pelo lixo urbano. Em cooperação com um hospital, análises toxicológicas foram realizadas sobre o nível de chumbo em amostras de sangue de cidadãos. O fator preocupante foi que 60% dos cidadãos tinham chumbo no sangue acima do nível recomendado.

"Por causa da importância da água potável, as EFS dedicam bastante atenção a este tópico. As auditorias normalmente focalizam a disponibilidade da água potável, e/ou vazamento, normalmente em relação ao custo. A maioria das entidades auditadas neste campo são as empresas de fornecimento de água."

4.3 ENCHENTES

A questão da gestão de águas em relação a enchentes, em particular ao risco de enchentes, foi abordada em diversas auditorias. Um exemplo é a EFS francesa, que auditou as medidas de prevenção contra enchentes na França. (2002). A auditoria demonstrou que enchentes do Rio Sena causariam grandes danos. Contudo, as populações sob risco não estavam suficientemente alertadas para sua vulnerabilidade, e com frequência, não havia planos para reduzir os riscos nas áreas mais urbanizadas e propensas a enchentes. As medidas preventivas gerais também não eram suficientemente eficazes.

Outras EFS, como as da Polônia (2002) e da República Tcheca (1997-1998), auditaram o desempenho de operações de resgate durante as enchentes, as reparações dos danos causados pelas enchentes, e a gestão dos recursos alocados pelo governo para determinar os danos causados pelas enchentes.

4.4. ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Por causa da importância da água potável, as EFS dedicam bastante atenção a este tópico. As auditorias normalmente focalizam a disponibilidade da água potável, e/ou vazamento (resultando em água não contabilizada), normalmente em relação ao custo. A maioria das entidades auditadas neste campo são as empresas (públicas) de fornecimento de água.

No ano 2000 a EFS das Ilhas Maurício conduziram uma auditoria sobre o vazamento no armazenamento de água potável e sistemas de distribuição. A razão para esta auditoria foi um grande volume de água não contabilizada (UWF-sigla em inglês) (em torno de 47% da produção total em 1998 e 1999), que levou as Ilhas Maurício a serem classificadas como um país com "estresse hídrico". Um declínio no índice pluviométrico em conjunção com um aumento de demanda estimada na ordem de 20% até o ano de 2010, impõe um problema urgente sobre o país. Esta escassez poderia dificultar seriamente o desenvolvimento social e econômico. A EFS concluiu que se a meta de redução da água não contabilizada para 35 % fosse alcançada até 2010, nenhum outro recurso hídrico substancial precisaria ser utilizado.

As principais causas do nível elevado de água não contabilizada foram identificadas como sendo o baixo desempenho dos empreiteiros, a monitoração inadequada do seu trabalho por parte das empresas fornecedoras de água, o uso indiscriminado de materiais de baixa qualidade, uma escassez geral de materiais, equipamentos e mão-de-obra qualificada, e especificações limitadas das funções profissionais.

Em 2002, a EFS brasileira conduziu uma auditoria sobre a gestão de recursos hídricos. A auditoria concentrou-se nas Leis Federais e revelou que 19 regiões metropolitanas no Brasil estão sob o risco de uma crise em seu sistema de fornecimento de água, agora ou no futuro. As principais causas são a degradação de mananciais, sistemas de tratamento de esgotos deficientes e vazamentos de água. O relatório concluiu que as agências federais responsáveis pela gestão de recursos hídricos não tratam desses assuntos de forma sistemática e integrada devido a uma falta de coordenação das ações do governo e a uma análise insuficiente do impacto das políticas relacionadas ao uso da água. A EFS brasileira sugeriu que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que é responsável pela coordenação dos estados e do plano nacional de recursos hídricos, deve fazer parte do plano orçamentário. As altas taxas de vazamento de água nas empresas estatais de saneamento também foram salientadas: das 27 empresas estatais, nove têm perdas de mais de 50%, e três delas mostram números que alcançam quase 70%. De acordo com o relatório, os vazamentos são devidos principalmente à falta de manutenção no sistema de distribuição. Como consequência, foram feitas sugestões no sentido de aumentar o apoio do governo federal às medidas corretivas necessárias, tais como a reabertura de linhas de crédito, e focar em ações de melhoria institucional, operacional e de gestão das empresas estatais de saneamento.

4.5. NATUREZA E BIODIVERSIDADE

Indiretamente, a maioria das auditorias de rios, lagos e mares envolvem a ampla questão da natureza e biodiversidade. Contudo, auditorias dedicadas exclusivamente à biodiversidade hídrica são aparentemente escassas.

Um exemplo é a auditoria sobre a obediência aos acordos internacionais sobre manguezais (EFS Holanda, 1999). A Holanda faz parte da Convenção de Ramsar sobre Proteção aos Manguezais e deve obedecer a duas diretivas da União Européia: Diretiva dos Pássaros e Diretiva do Habitat. As principais descobertas foram que a Holanda possui vários planos para a gestão e restauração de manguezais, mas que na prática a implementação desses planos era freqüentemente problemática ou extremamente lenta. Obrigações internacionais foram operacionalizadas inadequadamente na política nacional e o ministério responsável pela gestão da natureza não tinha feito acordos com as autoridades locais para o cumprimento das obrigações internacionais. Consequentemente, as autoridades locais foram mal informadas sobre o conteúdo das obrigações. O Ministério da Gestão da Natureza não teve um quadro claro a respeito das condições das localidades naturais ou do efeito das políticas sobre mangues regionais, e assim, não pode determinar se foram cumpridas as obrigações internacionais.

4.6. AMBIENTE MARINHO

O ambiente marinho é por definição, um tópico comum a mais de uma nação e as auditorias mais recentes sobre o ambiente marinho têm focado na implementação nacional das obrigações internacionais.

Um exemplo, é a auditoria da Convenção de MARPOL sobre a Prevenção de Poluição Marinha por Navios e a Convenção de OPRC sobre como Tratar da Poluição no Mar. Oito EFS cooperaram nesta auditoria: Chipre, França, Grécia, Itália, Malta, Holanda, Turquia e Reino Unido. Elas salientaram dois aspectos complementares: a prevenção da poluição (pela garantia da qualidade e segurança de navios e instalações adequadas para a coleta de dejetos nos portos) e medidas a serem tomadas contra poluidores e poluição (incluindo, por exemplo, a vigilância além costa marítima, o relatório de incidentes de vazamentos para a guarda costeira e a limpeza dos vazamentos, e por fim e não menos importante, encontrar e processar os poluidores que violem a lei). Cada um dos participantes relatou suas descobertas nacionais aos seus respectivos governos (relatórios disponibilizados pelas EFS da Holanda, 2001; Reino Unido, 2002; Chipre, 2002; Turquia, 2002; Malta, 2003; Grécia, 2003; Itália, 2003). Um relatório conjunto que enfocará as boas práticas e lições aprendidas está sendo preparado no momento (publicação aguardada em 2004).

5. CONCLUSÕES

Estes exemplos de auditorias ilustram a diversidade das auditorias das EFS sobre assuntos hídricos. Algumas tratam de assuntos de gestão e controle financeiro e têm os assuntos hídricos como secundários, enquanto outras consideram os problemas da água na sociedade como pontos de partida, tais como a falta de acesso a águas limpas. Não é possível formular uma conclusão geral baseada na opinião das EFS a respeito de políticas hídricas, mas um elemento que parece ser um problema central de implementação e organização é a falta generalizada de informações suficientes e confiáveis sobre políticas.

Com frequência, parecem inadequadas as informações básicas sobre o dinheiro gasto, atividades desempenhadas, sobre resultados e impactos alcançados que possam ser utilizadas pela a gestão central e processo decisório das políticas.

Auditorias ajudam a aumentar a consciência pública sobre a importância dos problemas hídricos. O objetivo das auditorias das EFS é aumentar a qualidade das políticas governamentais, seu desempenho e a transparência das operações (financeiras) ao fornecer um retorno estruturado para os executivos e formuladores de políticas.

Desde 1996, membros da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores têm trocado experiências sobre assuntos hídricos. As EFS que não são membros também realizaram auditorias relacionadas à água e ao meio ambiente. O documento do grupo de trabalho "Auditoria em Assuntos Hídricos", preparado pela EFS da Holanda, sintetiza as experiências das EFS ao redor do mundo, lançando mão das lições aprendidas através das mais de 350 auditorias e fornecendo dicas práticas para as EFS. O documento foi aprovado pelo Grupo de Trabalho e foi recentemente publicado (INTOSAI *Working Group on Environmental Auditing*, 2004).

O grupo de trabalho encoraja as EFS a trabalharem juntas já que problemas ambientais não estão restritos a fronteiras nacionais. Uma auditoria coletiva é um dos instrumentos que as EFS têm para assuntos comuns. Compartilhar experiências e métodos de auditoria pode melhorar a qualidade do trabalho das EFS.

Devido à importância da água como pré-requisito para a vida, o Grupo de Trabalho sobre Auditoria Ambiental da INTOSAI decidiu continuar a trabalhar sobre este tema no futuro próximo. O grupo de trabalho recomendou que as EFS mantenham seu alto padrão de interesse nos assuntos hídricos em seus trabalhos e que façam uso das experiências das auditorias realizadas por suas instituições congêneres dentro da INTOSAI. ■

LITERATURA

Gleick, Peter H., 2000. **The World's Water 2000-2001. The Biennial Report on Freshwater Resources.** www.worldwater.org

INTOSAI (Organização Internacional de Entidade Fiscalizadora Superior). 1998. **INTOSAI Guidance How SAIs may cooperate on the audit of international environmental accords.**

INTOSAI, 2001. **INTOSAI Guidance Standards and guidelines on environmental auditing.**

INTOSAI Working Group on Environmental Auditing, 2001. **The audit of international environmental accords.**

INTOSAI Working Group on Environmental Auditing, 2003. **Sustainable Development: The Role of Supreme Audit Institutions** (Draft).

INTOSAI Working Group on Environmental Auditing, 2004. **Auditing Water Issues .**

Os documentos da INTOSAI e do Grupo de Trabalho Sobre Auditoria Ambiental INTOSAI Working Group on Environmental Auditing estão disponíveis em www.environmental-auditing.org

EFS da Argentina, 1997. **Investigacion y analisis de los antecedentes de la problematica del agua subterranea en el area metropolitana.** www.agn.gov.ar

EFS da Bolívia, 2002. **Exposicion de la Auditoria Ambiental sobre la contaminacion del Rio Pirai - Santa Cruz.** Apresentado no "Seminar contribución del control en la gestión ambiental y patrimonio cultural", organizado pela EFS do Peru. www.cgr.gov.bo

EFS do Brasil, 2002. **Water resources management.** www.tcu.gov.br

EFS da China, 1999. **A case of water resource audit: auditing a wastewater treatment plant of X City in China.** Sumário em Inglês. Órgão Nacional de Auditoria da República Popular da China (CNAO), Beijing, China. www.environmental-audit.org.cn

EFS do Chipre, 2002. **Report Coordinated environmental audit pollution from ships at sea and in ports.** Órgão de Auditoria da República, Nicosia, Chipre.

EFS da República Checa, 1997-1998. **Several reports on flood issues.** www.nku.cz.

EFS da França, 2002. **Country paper on Flood prevention in France**. Apresentado no Segundo Encontro do Grupo de Trabalho Sobre Auditoria Ambiental EUROEFS. www.ccomptes.fr

EFS da Grécia, 2003. MARPOL relatório de auditoria; **Preventing and dealing with marine pollution from ships**. Court of Audit, Atenas, Grécia.

EFS da Itália, 2003. **Relazione sul risultato dell'indagine riguardante "prevenzione e trattamento dell'inquinamento marino a seguito di scarico di oli da navi" / The prevention and treatment of water pollution following the discharge of oil from ships**; Relatório no. 41/2003. Corte dei Conti, Roma, Itália. www.corteconti.it

EFS de Malta, 2003. Auditoria de desempenho; **Preventing and dealing with pollution from ships at sea and in ports**; Relatório pelo Auditor Geral. Órgão de auditoria Nacional, Floriana, Malta.

EFS das Ilhas Maurício, 2000. **Leakage in potable water storage and distribution systems**. Escritório do Diretor de Auditoria, Porto Luís, Ilhas Maurício. ncb.intnet.mu/audit

EFS da Holanda, 1999. **Compliance with international agreements on wetlands**, parliamentary paper no. 26 490. SDU Uitgevers, Hague, Holanda. www.rekenkamer.nl

EFS da Holanda, 2001. **Marine pollution from ships**. Corte de Auditoria da Holanda, Hague, Holanda. www.rekenkamer.nl

EFS do Peru, 1999. **Environment Management Audit to Mantaro River Basin, International "Beta" Project, Sectors: Sanitation, Health and Local Governments** (total: 13 relatórios). www.contraloria.gob.pe

EFS da Polónia, 2002. **Country Paper on Flood Prevention and River Management. Presented at the Segundo Encontro da EUROEFS Grupo de Trabalho Sobre Auditoria Ambiental**. www.nik.gov.pl

EFS da Turquia, 2003. **Preventing and dealing with pollution from ships at sea and in port**. Tribunal de Contas da Turquia, Ankara, Turquia. www.sayistay.gov.tr

EFS do Reino Unido, 2002. **Dealing with pollution from ships**. Órgão Nacional de Auditoria, Londres, Reino Unido. www.nao.gov.uk

UNEP, 2002a. **Global Environmental Outlook 3**. www.unep.org

UNEP, 2002b. **State of the environment and policy retrospective: 1972-2002**.